



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

AVISO/EDITAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90013/2026

No Novo Divulgação de Compras do Comprasov esta dispensa encontra-se como
nº 987989-09/2026

CONTRATANTE: UASG 987.989

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE – PARANÁ

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviço de cerimonialista (mestre de cerimônias/apresentador), jurados e auxiliares de apuração de votos para a realização do XXXVIII FERVO - Festival Regional de Interpretação da Música Popular e Sertaneja de Vera Cruz Do Oeste-PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

18.000,00 (dezoito mil reais).

Os preços deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

PERÍODO DE PROPOSTAS

O período de cadastro de propostas se dará da seguinte forma:

- De 16/06/2026 às 16h00min.
- Até 22/06/2026 às 07h59min

PERÍODO DE LANCES

O período de lances se dará da seguinte forma:

- De 22/06/2026 às 8h;
- Até 22/06/2026 às 14h.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM.

AVISO/EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90013/2026

Processo Administrativo nº 77/2026

Torna-se público que o Município de Vera Cruz do Oeste, por meio do(a) Departamento de Compras, realizará Dispensa, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

1. DATA DA SESSÃO/JULGAMENTO

1.1. A sessão de processamento da Dispensa Eletrônica será realizada no ambiente virtual do Compras.Gov.Br “Acesso Identificado”, no dia:

- Data da sessão: **22/junho/2026;**
- Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>;
- Horário da Fase de Lances: **08h00min às 14h00min.**

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

2.2. A Dispensa, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

2.3. Com a apresentação da proposta de preços a empresa assume automaticamente o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Aviso/Edital e seus anexos, inclusive ter conhecimento das especificações técnicas dos itens objeto desta dispensa de licitação.

2.4. A sessão de processamento do certame será conduzida por um(a) Pregoeiro(a) na qualidade de Agente de Contratação, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados através do Decreto Municipal nº 7.476/2025 do dia 28 de novembro de 2025, publicado nesse mesmo dia.

Agente de Contratação:

Sandra Regina Ramos da Silva, Matrícula nº 7571;
Keli Fátima Trevisol, Matrícula nº 3287251;
Rosângela da Conceição Romano, Matrícula nº 329731.
Juliana Estevão de Oliveira Rosalen, matrícula nº 332421;
Pablo Felipe Hubner de Araujo, matrícula nº 332381;

Equipe de apoio:

Gabriela Werlang, matrícula 3289295/1;
Leonardo Felsky de Lima, matrícula nº 3288871; e
Leticia Gabrieli Souza Rosa, matrícula nº 32892991.

3. OBJETO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. O Objeto do presente aviso/edital é a contratação, por dispensa de licitação é contratação de Empresa para prestação de serviço de cerimonialista (mestre de cerimônias/ apresentador), jurados e auxiliares de apuração de votos para a realização do XXXVIII FERVO - Festival Regional de Interpretação da Música Popular e Sertaneja de Vera Cruz Do Oeste-PR, a ser realizado no CTG Missioneiro do Oeste, município de Vera Cruz do Oeste/PR, nos dias 08, 09, 10 e 11 de julho de 2026 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso/Edital de Contratação Direta e seus anexos;

3.2. A licitante é responsável pela verificação, junto ao site, de qualquer alteração ou retificação que porventura ocorra, os quais estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>) e no Portal da Transparência do Município de Vera Cruz do Oeste-PR (www.veracruz.pr.gov.br);

3.3. *No valor da contratação, deverão estar incluídas todas as despesas transporte, hospedagem, impostos, taxas, tributos, alimetação, seguros e todos os demais encargos e despesas necessárias à prestação dos serviços no Município de Vera Cruz do Oeste, sendo que a CONTRATADA será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes;*

3.4. *Havendo mais de um item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem;*

3.5. *O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto;*

3.6. *Havendo divergência entre as especificações constantes no compasgov, o termo de referência e este edital, prevalecerão os constantes neste edital e no termo de referência.*

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

4.1 A presente contratação decorre da necessidade de garantir a adequada realização do XXXVIII FERVO – Festival Regional de Interpretação da Música Popular e Sertaneja de Vera Cruz do



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

Oeste, nos dias 08, 09, 10 e 11 de julho de 2026, assegurando a condução profissional das cerimônias, a avaliação técnica e imparcial dos intérpretes inscritos e a apuração transparente dos votos

4.2 O FERVO - Festival Regional de Interpretação da Música Popular e Sertaneja integra o calendário cultural oficial do Município e constitui evento de expressiva relevância regional;

4.3 O Município não dispõe de servidores com qualificação técnica para as funções de mestre de cerimônias, jurado artístico ou auxiliar de apuração em eventos de grande porte, tampouco possui condições de assegurar a imparcialidade exigida quando se trata de profissionais com vínculos locais, o que torna indispensável a contratação de empresa especializada, externa ao Município, capaz de prover de forma integrada todos os profissionais necessários ao longo de todas as noites do evento.

4.4 Com a presente contratação, a Administração pretende alcançar os seguintes resultados: Realização do XXXVIII FERVO com qualidade técnica e artística, garantindo a credibilidade do evento e a satisfação dos participantes e do público; Fortalecimento da identidade cultural do Município e valorização dos artistas locais e regionais; Lisura e transparência no processo avaliativo, pela atuação de profissionais externos e imparciais; e Eficiência administrativa, pela centralização dos serviços (mestre de cerimônias/apresentador, jurados e auxiliares de apuração) em um único processo, evitando a multiplicação de procedimentos licitatórios.

5. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

5.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasgov 4.0 (gov.br), disponível no endereço eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

5.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

5.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

5.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

5.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

5.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

5.2.3.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

5.2.3.4. sociedades cooperativas.

6. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item;

6.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, registrará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;

6.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

6.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços e realizar a entrega dos itens nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

6.8. Uma vez registrada/cadastrada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la; até a data e a hora agendada;

6.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

6.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

declarar ocorrências posteriores;

6.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

6.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

6.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

6.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

7. FASE DE LANCES

7.1. A partir das 08h00min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

7.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **01 (um) real**.

7.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

7.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

7.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

7.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

8.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

8.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

8.3. Estando o preço compatível, o (a) Agente de Contratação/pregoeiro **solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de até 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.4. *A proposta de preços, deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos ou aditivos, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais);*

8.5. O prazo de **validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso/Edital de Contratação Direta.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**, deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

9.2 Ao final da disputa o Agente de Contratações fará a consulta no SICAF dos documentos do licitante vencedor, para fins de habilitação, podendo o servidor também consultar nos sites oficiais do



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

governo. A documentação que não for encontrada, será solicitada à proponente vencedora para que a mesma as insira no ambiente virtual do Compras.gov.br no prazo estipulado neste edital.

9.3 – Os documentos deverão ser anexados no campo específico da plataforma, organizados de forma a facilitar a verificação.

9.4 Para fins de **habilitação jurídica**, a empresa deverá apresentar:

9.4.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.2 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo; ou

9.4.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício; ou

9.4.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.4.5 Procuração do representante do licitante na dispensa, se for o caso.

9.4.6 Caso a última alteração do contrato social traga consolidação do contrato social basta apresentação deste em substituição ao contrato social e todas as alterações.

9.5 Para fins de **habilitação fiscal, social e trabalhista**:

9.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

9.5.2 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a relativa à Seguridade Social;

9.5.3 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

9.5.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante.

9.5.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

9.5.6 Prova de regularidade trabalhista perante a Justiça do Trabalho.

9.6 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7 A prorrogação do prazo previsto no item anterior poderá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

9.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.9 Serão aceitas, como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

9.10 Para o caso de o documento não apresentar prazo de validade, estes deverão ser emitidos dentro do período de até 90 (noventa) dias.

9.11 Para fins de **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional**

9.12 *Declaração de que atende o inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, comprometendo-se a atender tal exigência constitucional durante o prazo de vigência do contrato (anexo V);*

9.13 Declaração, para fins de cumprimento do disposto na Súmula Vinculante 13/STF de 21 de agosto de 2008 e acórdão 2745/10 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**anexo V**).

9.14 Declaração de inexistência de fato impeditivo, não utilização de mão de obra de menores, declaração de atendimento à logística reversa dos produtos, declaração de reserva de cargos e



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

declaração de atendimento ao §1º do art. 63 da lei Federal N° 14.133/2021 **(anexo V)**.

9.15 *As proponentes podem ser representadas, no processo licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão.*

9.16 Da Qualificação Técnica da Contratada

9.17 A proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido em nome da empresa licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado regularmente inscrita no CNPJ, comprovando a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, contemplando, ao menos, a prestação de serviços de cerimonial em festival ou concurso de música e a prestação de serviços de corpo de jurados.

9.18 Da Equipe Técnica:

9.18.1 Mestre de Cerimônias: A empresa deverá indicar **01 (um)** profissional para a função de mestre de cerimônias, apresentando:

9.18.1.1 Nome completo e documentos de identificação (RG e CPF);

9.18.1.2 Atestado de capacidade técnica em nome do indicado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na condução de eventos públicos ou festivais culturais;

9.18.1.3 Declaração de anuência do profissional indicado, concordando expressamente em prestar os serviços nas datas estabelecidas.

9.18.2 Do Corpo de Jurados: A empresa deverá apresentar relação nominal de **05 (cinco)** jurados, contendo, para cada profissional:

9.18.2.1 Nome completo e documentos de identificação (RG e CPF);

9.18.2.2 Currículo comprovando experiência na área musical; podendo tal experiência incluir atuação como intérprete, compositor, instrumentista, regente, educador musical, produtor ou outras funções correlatas.

9.18.2.3 Declaração de anuência do profissional indicado, concordando expressamente em prestar os serviços nas datas estabelecidas.

9.18.3 Dos Auxiliares de Apuração de Votos: A empresa deverá apresentar relação nominal de **02 (dois)** auxiliares de apuração de votos, contendo, para cada profissional:

9.18.3.1 Nome completo e documentos de identificação (RG e CPF);

9.18.3.2 Declaração de anuência do profissional indicado, concordando expressamente em prestar os serviços nas datas estabelecidas.

9.19 NOTA – *Para as proponentes que possuem filiais fica determinado que a prova de regularidade quanto a tributos federais e a dívida ativa da União e perante ao INSS deverá ser com o CNPJ da matriz, e demais tributos deverão estar com o número do CNPJ pelo qual a proponente será contratada (se vencedora) e posteriormente emitirá notas fiscais.*

9.20 *As proponentes que se enquadrarem como Micro Proponentes ou Proponentes de Pequeno Porte, poderão utilizar os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/14 e Lei Municipal nº 825/09, ficando sob sua responsabilidade a comprovação para tal.*

9.21 Se for o caso, a empresa deverá apresentar comprovante da condição de ME/EPP;

9.22 Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 **(anexo VII)**.

9.23 No momento da sessão, o agente de contratação realizará consulta aos sites:

9.24 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

9.25 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

9.26 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU
(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:12249879529814::NO:3,4,6::>);

9.27 Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública
(<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

9.28 A consulta aos cadastros mencionados acima será realizada em nome da empresa declarada previamente vencedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.29 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de sanção, dependendo da gravidade da mesma, a empresa poderá ser reputada inabilitada, por falta de condição de participação no certame;

9.30 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada;

9.31 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

9.32 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação;

9.33 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.34 Caso o licitante efetue o envio de documentos sem a devida organização o Agente de Contratação poderá solicitar o reenvio através do sistema;

9.35 O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, **deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da notificação**, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Aviso de Dispensa Eletrônica/Edital;

9.36 Os documentos deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, no ambiente virtual do Compras.gov.br.

9.37 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

9.38 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão poderá ser suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade;

9.39 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso/Edital de Contratação Direta;

9.40 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação;

9.41 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

10.2 O adjudicatário **terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para assinatura do Contrato** ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso/Edital de Contratação Direta e na legislação vigente;

10.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinado digitalmente, e devolvido posteriormente para demais trâmites necessários;

10.4 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.5 Em caso de substituição do Termo de Contrato, o Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.6 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso/Edital de Contratação Direta e seus anexos;

10.8 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

10.9 O prazo de vigência da contratação será **de 30 (trinta) dias**, iniciada após publicação do contrato no PNCP, com possibilidade de prorrogação conforme Lei 14.133/2021.;

10.10 Na assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.2 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.10 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.12 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.14 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.15 O Município poderá aplicar as sanções previstas em Lei, ao adjudicatário que se recusar injustificadamente em assinar ao Ata/Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da respectiva convocação;

11.16 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.2 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.2 a 13.14;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.3 a 13.8 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.9 a 13.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.17 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.17.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.17.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.17.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.17.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.17.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.18 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.19 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.20 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.21 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.22 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.23 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.24 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Conforme o código penal Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940 constitui crime:

12.2 Frustração do caráter competitivo de licitação.

- Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

12.3 Perturbação de processo licitatório.

- Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

12.4 Fraude em licitação ou contrato.

12.4.1 Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

- entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
- fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
- entrega de uma mercadoria por outra;
- alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
- qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, mediante a apresentação da NF-e, com o atesto do responsável pelo recebimento definitivo do mesmo.

13.2 A CONTRATANTE efetuará a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, (quando obrigatório) conforme determina a legislação vigente;

13.3 O pagamento será única e exclusivamente realizado através de meio eletrônico, via boleto, pix ou depósito bancário em conta corrente de titularidade da empresa e, preferencialmente, que a proponente vencedora indique conta no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme orientações do CONTRATANTE.

13.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

13.4.1 A Nota Fiscal deverá conter a descrição detalhada do objeto, quantidade, valor unitário e total, número da Dispensa e do contrato, e ser acompanhada do atesto do responsável pelo recebimento dos serviços.

14. DO PREÇO/ESTIMATIVA DE VALOR

14.1. O valor total máximo estimado desta contratação é de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais).

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Os pagamentos decorrentes dos serviços correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Descrição da Despesa	Máscara	Fonte
Realização de Feiras, Eventos e festivais culturais	3.3.90.39.00	00000/00000

16. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

16.1 Para atendimento a demanda, a contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos, necessários à adequada prestação dos serviços:

16.2 Da composição do Quadro Técnico:

16.2 A proponente deverá disponibilizar 1 (um) profissional para a função de Mestre de Cerimônias que deverá atender aos seguintes requisitos:

16.2.1 Experiência comprovada na condução de eventos públicos ou festivais culturais;

16.2.2 Boa dicção, oratória clara e postura profissional adequada ao contexto do evento;

16.2.3 Capacidade de improvisação, desenvoltura e interação com o público;

16.2.4 Responsabilidade pela condução oficial do evento durante toda a programação, incluindo anúncios de apresentações, cumprimento do roteiro oficial e adaptações necessárias ao andamento do festival.

16.3 A proponente deverá disponibilizar 05 (cinco) jurados, responsáveis pela avaliação técnica dos intérpretes durante toda a realização do festival, com base nos quesitos estabelecidos no Regulamento do XXXVIII – FERVO, sendo eles;

16.3.1 Dicção, Afinação, Interpretação e Ritmo.

16.3.1.1 As notas serão atribuídas em escala de 5,0 (cinco) a 10,0 (dez), podendo ser fracionadas, sendo o resultado final obtido pela somatória das notas dos 05 (cinco) jurados.

16.3.2 Os jurados deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

16.3.2.1 Ser maior de 18 (dezoito) anos;

16.3.2.2 Comprovar experiência na área musical por meio de currículo, podendo tal experiência incluir atuação como intérprete, compositor, instrumentista, regente, educador musical, produtor ou outras funções correlatas.

16.3.3 Ficará vedada a participação de jurado que:

16.3.3.1 Atue como responsável pela organização, curadoria ou produção do evento;

16.3.3.2 Possua vínculo familiar de até 2º grau com qualquer candidato inscrito (pai, mãe, filho(a), cônjuge, irmão(ã), avô, avó, neto(a), tio(a) ou sobrinho(a);

16.3.3.3 Mantenha relação contratual ou profissional vigente com qualquer candidato, na condição de professor, agente, empresário, produtor ou função similar;

16.3.3.4 Atue ou tenha atuado como orientador, treinador ou preparador de qualquer candidato no processo de composição, inscrição ou ensaio para o festival;

16.3.3.5 Possua conflito de interesse, real ou potencial, que comprometa a imparcialidade no julgamento.

16.4 A contratada deverá disponibilizar 2 (dois) Auxiliares de Apuração de Votos:

16.4.1 Os profissionais designados para esta função serão responsáveis por recolher as fichas de avaliação dos jurados, realizar a tabulação, o cálculo e a soma dos votos atribuídos, bem como organizar o placar e as parciais necessárias para a apuração dos finalistas e dos vencedores no momento da premiação, assegurando transparência e lisura em todo o processo.

17. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

17.1 A contratação se dará por Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, iniciada na data da publicação no PNCP, com possibilidade de prorrogação conforme Lei 14.133/2021.

19. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

19.1 A Contratada deverá atender a Programação do evento a ser realizada no CTG Missioneiro



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

do Oeste, município de Vera Cruz do Oeste/PR, conforme disposto:

19.1.1 Os serviços deverão ser prestados nas seguintes datas e horários:

19.1.1.1 Dias 08, 09 e 10 de julho de 2026: etapas classificatórias, com início às 19h30 e término ao final das apresentações de cada noite.

19.1.1.2 Dia 11 de julho de 2026: grande final do festival, com início às 19h30 e término ao final das apresentações.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Conforme art. 122 da Lei 14.133/2021, § 3º é vedado ao contratado a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

20.2 É vedada como regra geral, a subcontratação total ou parcial dos serviços, admitindo-se excepcionalmente, a subcontratação de etapas específicas, desde que previamente justificada pela CONTRATADA, e expressamente autorizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços/Contrato, hipótese em que permanecerá a CONTRATADA, integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços prestados e por todas as obrigações contratuais, não implicando a autorização qualquer transferência de responsabilidade a subcontratada, respondendo a CONTRATADA perante a administração por todos os atos praticados, inclusive por eventuais danos, vícios ou adimplementos.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1 Não se aplica.

22. DA REVISÃO DE PREÇOS

22.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 184, 184-A e 184-B do Decreto Municipal nº 6.602/2023.

23. DA FISCALIZAÇÃO

23.1 A fiscalização da contratação será exercida por servidor municipal designado pela Secretaria de Eventos, Cultura e Esporte;

23.1.1 Fica designado como Fiscal de Contrato o servidor Alivelton da Silva Prado, conforme Portaria nº 7.647/2026.

23.2 A fiscalização exercerá amplo e rigoroso controle particularmente em relação à qualidade do projeto, a fim de possibilitar a aplicação das infrações e sanções previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

23.3 As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente aviso/edital, deverão ser registrados pela Administração, através de seus prepostos no Livro de Ocorrências, produzindo esses, registros de direito.

23.4 O acompanhamento e a fiscalização do contrato firmado com a CONTRATADA deverão estar em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

23.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

23.6 Eventuais situações excepcionais ou não previstas deverão ser submetidas à fiscalização



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

para avaliação e definição das providências cabíveis, resguardando sempre o interesse público e a plena execução contratual.

23.7 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, o qual atuará como elo de comunicação entre as partes, assegurando o andamento adequado das etapas do serviço e o cumprimento dos prazos estabelecidos, o qual incumbirá de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados.

23.8 O recebimento, aceitação dos itens e atestado dos serviços decorrerão necessariamente de verificação efetiva de sua execução;

24. DEVERES DA CONTRATANTE

24.1 Além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá ao Contratante:

24.1.1 Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora e que sejam necessários para a adequada execução do serviço;

24.1.2 Acompanhar a execução e entrega dos serviços, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas;

24.1.3 Efetuar o pagamento à Contratada conforme prazo e forma estabelecidos, desde que os serviços estejam de acordo com o contratado e acompanhados de Nota Fiscal devidamente atestada;

24.1.4 Comunicar formalmente à Contratadas quaisquer irregularidades verificadas após o recebimento provisório;

24.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada;

24.1.6 Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados ao objeto contratado;

24.1.7 Atestar nas Notas Fiscais a efetiva execução dos serviços contratados;

24.1.8 Notificar previamente a Contratada sobre a aplicação de penalidades ou sanções, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

24.1.9 Fornecer o cronograma de apresentações do evento, bem como as fichas contendo todas as informações necessárias dos intérpretes participantes;

24.1.10 Permitir o acesso dos profissionais da Contratada aos locais necessários para a execução dos serviços.

24.1.11 Realizar o recebimento provisório e Definitivo:

24.1.11.1 Recebimento Provisório e Definitivo: O recebimento provisório e definitivo definitivo será realizado de forma única pelo fiscal do contrato ou por agente público ou Comissão, ao término da última noite do festival ou até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, mediante verificação do cumprimento das condições contratuais, incluindo pontualidade, postura profissional, imparcialidade e entrega da documentação pertinente, compreendendo atas de apuração, planilhas de votação e relatório de execução das noites do evento, dentre outras pertinentes.

25. DEVERES DA CONTRATADA

25.1 Além das obrigações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, constituem obrigações da Contratada:

25.1.1 Disponibilizar os profissionais contratados (mestre de cerimônias, jurados e auxiliares de apuração) nos dias e horários previamente acordados;

25.1.2 Garantir que todos os profissionais atuem com postura ética, imparcialidade e profissionalismo durante toda a realização do evento;

25.1.3 Cumprir integralmente as disposições do Termo de Referência, assumindo de forma exclusiva todos os riscos e despesas inerentes à boa e perfeita execução do objeto;



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

- 25.1.4** Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- 25.1.5** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante durante o prazo de execução dos serviços;
- 25.1.6** Providenciar, de forma imediata, a correção de deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante;
- 25.1.7** Comunicar formalmente ao Contratante quaisquer ocorrências que possam comprometer ou dificultar a adequada execução dos serviços;
- 25.1.8** Executar diretamente os serviços contratados, **sendo vedada a subcontratação total ou parcial, salvo autorização expressa do Contratante;**
- 25.1.9** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, atendendo prontamente quaisquer reclamações e prestando os devidos esclarecimentos sempre que solicitado;
- 25.1.10** Abster-se de veicular, sob qualquer forma, publicidade ou informações relativas à execução dos serviços sem prévia e expressa autorização do Contratante;
- 25.1.11** Aceitar integralmente todos os meios de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.
- 25.1.12** A contratada deverá estar ciente de que o descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste aviso/edital implicará na aplicação das sanções e penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1** O procedimento será divulgado no Comprasgov 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 26.2** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 26.2.1** republicar o presente aviso com uma nova data;
- 26.2.2** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 26.2.2.1** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 26.2.3** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 26.3** As providências dos subitens 27.2.1 e 27.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 26.4** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 26.5** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 26.6** *Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.*
- 26.7** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.8** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste – Pr, CNPJ: 78.101.821/0001-01
Rua Rui Barbosa, 202 – centro, CEP: 85845-056, Fone: (45) 99127-8712

da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

26.10 Da sessão pública será gerada Ata/relatório no sistema eletrônico.

26.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.12 A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao contratante e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente dispensa de licitação, isentando o Município de Vera Cruz do Oeste de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

26.13 O projeto deverá estar em conformidade com as normas vigentes e serão recebidos e conferidos pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços da Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste/servidor responsável.

26.14 Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicadas à empresa as sanções previstas na legislação vigente.

26.15 Nos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive, frete, seguro, impostos, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir no fornecimento e entrega dos serviços.

26.16 O contratante se reserva ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste edital estão sendo cumpridas pela contratada;

26.17 Para dirimir as questões sobre o objeto deste processo, fica eleito o foro da Comarca de Matelândia para renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.18 Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis, e dos princípios gerais de direito.

27. ANEXOS

27.1 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

27.1.1 ANEXO I – Documentação Exigida para Habilitação;

27.1.2 ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar-ETP;

27.1.3 ANEXO III – Termo de Referência-TR;

27.1.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta;

27.1.5 ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada;

27.1.6 ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato;

27.1.7 ANEXO VII - Declaração de Enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Vera Cruz do Oeste, 16 de junho de 2026.

Juliana Estevão de Oliveira Rosalen
Agente de Contratação